

**AO JUÍZO DA
XXXXXXXXX/DF.**

VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade nº XXXXXX - SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, domiciliado e residente no XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXXXXXX, vem, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXX, nos termos da legislação vigente ajuizar a presente

AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE

em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, nascida XX/XX/XXXX, menor absolutamente incapaz, representada **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, com endereço na **XXXXXXXXXXXXX CEP XXXXXXXXXXXX - DF** domiciliada no XXXXXX e residente em local incerto e não sabido, pelos fatos e argumentos a seguir aduzidos.

DOS FATOS

A menor **Fulano de tal**, filha de **Mãe de tal**, foi registrada como filha de **Pai de tal**, conforme demonstra a certidão de nascimento anexa.

A menor nasceu em XX/XX/XXXX e o Requerente acreditando ser o pai biológico, se casou com **Fulano de tal** em XX/XX/XXXX e registrou a Requerida como sendo sua filha. Todavia, **em XX/XX/XXXX, se divorciou porque descobriu**

que não era genitor da menor, fato este reconhecido voluntariamente pela mãe da menor, **que já afirmou para o Requerente que este não seria o pai da Requerida**.

Em nenhum momento o Requerente poderia supor que a criança fora concebida durante outro relacionamento que a mãe manteve com o verdadeiro pai, pois naquele momento as circunstâncias levaram a crer que seria o pai biológico da Requerida.

Acontece que, **após o divórcio a mãe da menor mudou de endereço e não pode ser mais localizada**, assim o Requerente perdeu o contato com a Requerida e, desconfiado em relação à paternidade da menor, não conseguiu realizar o exame de DNA, para assim afastar qualquer dúvida quanto à questão.

Assim, passou a ponderar sobre o fato de não ser o pai biológico e da injustiça desta situação para ambos os envolvidos, ou seja, a criança e o suposto pai.

O ato de proclamação de paternidade do Requerido, embora formalmente perfeito, não corresponde à realidade. Houve erro na manifestação volitiva do reconhecimento pelo pai, equivocado quanto à percepção da realidade, registrou como sua filha que não é.

Por oportuno insta registrar que a mãe da Requerida nunca ingressou com ação de alimentos, nem jamais entrou em contato com o Requerente solicitando auxílio deste, **sendo que não houve o estabelecimento da paternidade sócio-afetiva entre o Requerente e o filho**.

Assim, necessário se faz a presente ação de investigação de paternidade e anulação de registro civil, para que seja retificado o assento de nascimento da Requerida.

No sentido da pretensão deduzida, válida transcrição dos seguintes precedentes, que retratam remansosa jurisprudência da egrégia Corte Distrital:

“CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. EXAMES DE DNA. PATERNIDADE INFIRMADA. RECONHECIMENTO PROVENIENTE DE ERRO. DESQUALIFICAÇÃO. PATERNIDADE SÓCIO-AFETIVA.

RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. VINCULAÇÃO AFETIVA. INEXISTÊNCIA OU DISSOLUÇÃO.

1. A paternidade biológica assumida em razão de erro é passível de ser infirmada quando desqualificada por exames de aferição genética - DNA -, mormente porque o legislador, com o pragmatismo que lhe é próprio, não sobrepujara o direito natural que assiste aos ascendentes e descendentes de terem atestados nos assentamentos formais somente os registros que guardem consonância com os eventos da vida como forma de preservação formal da consangüinidade e dos efeitos jurídicos que irradia.

2. A paternidade reconhecida com lastro em equívoco biológico induzido por circunstâncias de fato é passível de ser infirmada, não podendo a origem genética ser desconsiderada com estofo em vinculação afetiva que, se chegara a se aperfeiçoar, fora inteiramente dissolvida pela verdade testificada pela inexistência de descendência genética, infirmando a coexistência de relação sócio-afetiva apta a ensejar a desconsideração da realidade da vida.

3. Afigura-se invasivo e desconforme com os princípios que resguardam a intimidade e a dignidade da pessoa humana a jurisdicionalização de sentimentos e o reconhecimento de vínculo afetivo que, se existira, restara dissolvido ao ser infirmada a vinculação genética do qual emergira, não podendo o estado, através da manifestação jurisdicional, reconhecer sentimentos ou vínculos subjetivos originários de relações intersubjetivas quando um dos protagonistas nega sua subsistência ou denota sua insuficiência para suplantar a verdade biológica.

4. Apelação conhecida e improvida. Unânime.”¹ (g.n.)

“AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. PROVAS. EXAME DE DNA. PATERNIDADE SÓCIO-AFETIVA. SOBRENOME. RETIRADA.

1 - O exame de DNA, dada a precisão de seu resultado, é prova que, confirmando ou não a paternidade, não pode ser desconsiderada, mesmo que o suposto pai, por erro, tenha registrado a criança como filho.

2 - Não há paternidade sócio-afetiva se o suposto pai, iludido pela mãe, fez o registro de nascimento da criança acreditando que essa era sua filha, máxime e se inexistiu convivência por tempo suficiente para que haja

¹ TJDF - 6ª Turma Cível: APC nº 2007.07.1.010784-3, rel. Desembargador TEÓFILO CAETANO, **DJ 12/12/2008 p. 109.**

afeto entre o pai e a criança, de forma que a filha, tratada como tal, seja criada e educada pelo pai.

3 - Ainda que seja julgada procedente a ação negatória de paternidade, deve se manter o sobrenome da filha que, com vinte e cinco anos de idade, criou identidade social e profissional com o patronímico do pai.

4 - Apelação provida em parte.”² (g.n.)

Outro não tem sido o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

*“Direito civil. Família. Recurso especial. **Ação negatória de paternidade. Exame de DNA.- Tem-se como perfeitamente demonstrado o vício de consentimento a que foi levado a incorrer o suposto pai, quando induzido a erro ao proceder ao registro da criança, acreditando se tratar de filho biológico.- A realização do exame pelo método DNA a comprovar cientificamente a inexistência do vínculo genético, confere ao marido a possibilidade de obter, por meio de ação negatória de paternidade, a anulação do registro ocorrido com vício de consentimento.- A regra expressa no art. 1.601 do CC/02, estabelece a imprescritibilidade da ação do marido de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, para afastar a presunção da paternidade.- Não pode prevalecer a verdade fictícia quando maculada pela verdade real e incontestável, calcada em prova de robusta certeza, como o é o exame genético pelo método DNA.- E mesmo considerando a prevalência dos interesses da criança que deve nortear a condução do processo em que se discute de um lado o direito do pai de negar a paternidade em razão do estabelecimento da verdade biológica e, de outro, o direito da criança de ter preservado seu estado de filiação, verifica-se que não há prejuízo para esta, porquanto à menor socorre o direito de perseguir a verdade real em ação investigatória de paternidade, para valer-se, aí sim, do direito indisponível de reconhecimento do estado de filiação e das consequências, inclusive materiais, daí advindas.***

Recurso especial conhecido e provido.”³ (g.n.)

² TJDF - 6ª Turma Cível: APC nº 2007.01.5.010145-8, rel. Desembargador JAIR SOARES, **DJ 25/06/2008 p. 82.**

³ STJ - 3ª Turma: REsp 878.954/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, **DJ 28/05/2007 p. 339.**

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) A citação do Réu, para comparecerem a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de XX dias, sob pena de revelia;
- c) a intervenção do ilustre representante do Ministério Público;
- d) seja realizado ao longo da instrução o exame sanguíneo de impressões digitais do DNA, desde que as custas sejam pagas pelo réu ou pelo Estado, por estar o autor sob os benefícios da justiça gratuita;
- e) a procedência do pedido para **DECLARAR** a inexistência de relação de filiação entre o Requerente **Fulano de tal** e a Requerida **Fulano de tal**, determinando a retirada do nome do Sr. **Fulano de tal** e respectivos genitores no assento de nascimento da menor, expedindo-se mandado após o trânsito em julgado;
- f) a condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pelo exame pericial de DNA, às expensas do réu ou do Estado, e oitiva de testemunha e informante, cujo rol segue ao final anexo, requerendo a intimação das mesmas, na forma da lei.

Valor da causa: R\$ XXXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX-DF, 13/11/23 14:46:12